

INVISIBILIDADE DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA: UM OLHAR PARA O MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – SC

INVISIBILITY OF AFRO-BRAZILIAN CULTURE: A LOOK AT THE MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - SC

INVISIBILIDAD DE LA CULTURA AFRO-BRASILEÑA: UNA MIRADA PARA EL MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - SC

Geraldo MÜLLER JR./UNIASSELVI¹
Melissa PROBST/UTP²

RESUMO: A invisibilidade da cultura afro-brasileira é um fenômeno cultural muito presente no Médio Vale do Itajaí, no estado de Santa Catarina. Essa invisibilidade pode ser exemplificada pelo calendário de datas comemorativas nos municípios do Médio Vale do Itajaí, que não possui feriados que comemorem o dia da Consciência Negra (20 de novembro). Além disso, não se percebem monumentos com referências à escravidão e temas similares que ornamentem os municípios da região. É também imperceptível a presença de uma historiografia que aponte a presença de negros na história local. Diante desses fatos realizou-se uma revisão bibliográfica da escrita da história do Médio Vale do Itajaí (historiografia) para tentar lançar um olhar sobre quais motivos tornam a discussão da cultura afro-brasileira restrita nas escolas.

Palavras-chave: Cultura afro-brasileira. Historiografia. Vale do Itajaí. Invisibilidade.

ABSTRACT: The invisibility of Afro-Brazilian culture is present cultural phenomenon in the Médio Vale do Itajaí, in the state of Santa Catarina. This invisibility can be exemplified by the calendar of commemorative dates in the municipalities of the Médio Vale do Itajaí, which does not have holidays celebrating Black Consciousness Day (November 20). In addition, monuments with references to slavery and similar themes that embody the municipalities of the region. It is also imperceptible the presence of a historiography that points the presence of blacks in the local history. Faced with these facts, a bibliographical review of the writing of the history of the Médio Vale do Itajaí (historiography) was carried out to try to cast a glance at what motives make the discussion of Afro-Brazilian culture restricted in schools.

Keywords: Afro-Brazilian culture. Historiography. Vale do Itajaí. Invisibility

RESUMEN: La invisibilidad de la cultura afro-brasileña es un fenómeno cultural muy presente en el Medio Valle de Itajaí, en el estado de Santa Catarina. Esta invisibilidad puede ser ejemplificada por el calendario de fechas conmemorativas en los municipios del Medio Valle de Itajaí, que no posee fiestas que conmemoren el día de la Conciencia Negra (20 de noviembre). Además, no se perciben monumentos con referencias a la esclavitud y temas similares que adornen los municipios de la región. Es también imperceptible la presencia de una historiografía que apunte la presencia de negros en la historia local. Ante estos hechos se realizó una revisión bibliográfica de la escritura de

¹ Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI). juniorgeraldo_@hotmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). mel.probst@gmail.com.

la historia del Medio Valle dr Itajaí (historiografía) para intentar echar una mirada sobre qué motivos hacen la discusión de la cultura afro-brasileña restringida en las escuelas.

Palabras clave: Cultura afro-brasileña. Historiografía. Valle de Itajaí. Invisibilidad.

Introdução

O dia 20 de novembro marca a morte de Zumbi dos Palmares, o último dos líderes do Quilombo dos Palmares, que foi o maior dos quilombos³ do período colonial e símbolo da resistência negra no Brasil. Dada a importância dessa resistência em defesa da humanidade, a data de 20 de novembro foi eleita para celebrar o Dia Nacional da Consciência Negra no Brasil.

O dia Nacional da Consciência Negra foi criado em 2003 e instituído em âmbito nacional mediante a lei nº 12.519, de 10 de novembro (BRASIL, 2011). Essa data é comemorada, em forma de feriado em cerca de mil municípios em todo o Brasil. Estados como, por exemplo, Alagoas, Amazonas, Amapá, Mato Grosso e Rio de Janeiro, instituíram a data como feriado em seus calendários comemorativos estaduais. Nos demais estados cada município teve a incumbência, manifesta na ação dos prefeitos e vereadores, de optar por inserir a referida data em seus calendários festivos e de feriados. Contudo, a inserção da data como “feriado” não é, perante a legislação, uma obrigação aos estados ou municípios.

Um olhar mais atento para os feriados e dias festivos brasileiros demonstra a prevalência de comemorações que privilegiam a cultura branca, europeia e católica em detrimento de datas que valorizam a cultura indígena ou afro-brasileira. Diante de tal realidade, o Dia da Consciência Negra torna-se um importante marco memorial que explicita a presença dos negros africanos na construção cultural e histórica do Brasil, cujo marco é o século XV, período das grandes navegações e da colonização europeia. Nesse contexto ocorre a introdução do elemento negro, através da escravidão em terras brasileiras e a interlocução cultural entre europeus, indígenas e negros formando uma cultura *sui generis*⁴ no Brasil.

Conforme Fausto (2001), o ouro (na África e no Brasil) e as especiarias (na Índia e na China) foram muito procurados nos séculos XV e XVI pelos europeus em diversas

³ Quilombo: aldeia formada por negros escravizados que fugidos de fazendeiros e senhores de escravos. Nesses locais de difícil acesso e distantes de grandes centros colonizadores os cativos fugidos procuravam reproduzir a vida de levavam na África antes de serem capturados.

⁴ *Sui generis*: peculiar

partes do mundo. Mas a procura comercial incluía outros alvos, como o peixe e a carne, a madeira, os corantes, as ervas medicinais e, pouco a pouco, os escravos nas feitorias africanas. Em relação aos escravos, seu comércio esteve diretamente relacionado à necessidade implementação de mão-de-obra em larga escala nas colônias, e, em consequência desse processo a escravidão e a presença negra nas terras recém descobertas da América, passaram a ser vistas nos quatro cantos do Brasil. Onde havia colonização europeia, havia, em maior ou menor grau, a escravidão.

Estima-se que entre meados do século XVI e meados do século XVIII entraram pelos portos brasileiros aproximadamente 4 milhões de escravos africanos vindos de diversas regiões africanas (FAUSTO, 2001). A sujeição desses seres humanos foi legitimada pelo discurso religioso, bem como, pelos discursos pautados em sua maioria numa perspectiva evolucionista da raça humana (positivistas) além de respaldar a concepção eurocêntrica (antropológica) vigente na sociedade da época – visão esta que afirmava serem os negros uma classe humana inferior. Entretanto, o interesse em defender tais teorias apenas era corroborado para seguir garantindo os altos lucros que o tráfico humano oferecia naqueles séculos.

Diante do exposto, fica evidente que a presença negra transformou a expressão cultural brasileira, alterando, no decorrer do tempo as relações sociais e culturais; mesclando culturas europeias, africanas e indígenas, a partir das quais é gerada a diversidade étnica e cultural existente no Brasil.

A diversidade cultural é, portanto, resultado das interações e transformações pelas quais, ao longo do tempo, passou a humanidade. As relações entre os homens e o meio social estão marcadas por contatos e conflitos entre os diferentes modos de organizar a vida social, cultural e política; pelos modos de se apropriar dos recursos naturais e transformá-los, de conceber a realidade e expressá-la. Assim, a história vai registrando as abundantes transformações pelas quais passam as culturas, “[...] seja pelo movimento de suas forças internas, seja em consequência desses contatos e conflitos, mais frequentemente por ambos os motivos.” (SANTOS, 2009, p. 7).

Entretanto, se é perceptível que a presença africana é um elemento constitutivo da formação cultural brasileira, de norte a sul do Brasil, a pergunta que impulsionou o presente estudo é “quais os motivos que levam algumas regiões a realizar comemorações em torno da cultura afro-brasileira e em outras essa cultura é tão pouco praticada/valorizada? Outra pergunta que perpassou o estudo foi: por que foi necessária

uma lei que estabelecesse a obrigatoriedade do ensino da história e cultura Afro-Brasileira nas escolas?

Essas indagações tomam ainda maior relevância quando se analisa o Médio Vale do Itajaí, localidade em que a data (20 de novembro) passa praticamente despercebida no calendário festivo e de feriados dos seus diversos municípios. As comemorações ficam particularmente restritas aos calendários escolares, por força da lei 10.639 de 9 de janeiro (BRASIL, 2003) que tornou obrigatório o ensino da temática "História e Cultura Afro-Brasileira.

Diante desse fato, as datas e comemorações que rememoram a importância da cultura Afro-Brasileira ficam restritas aos muros escolares e, de certa forma, são invisíveis para a sociedade como um todo. Este é, portanto, o ponto central do presente estudo, que pretendeu investigar os motivos pelos quais se torna invisível a cultura Afro-brasileira nos municípios do Médio Vale do Itajaí – SC. Diante da complexidade do tema e da impossibilidade de esgotar as análises sobre a problemática da “invisibilidade” a delimitação investigativa será sob o viés de da cultura a historiografia local. Tão logo, pretende-se um breve olhar para a história que, para exaltar a colonização europeia acabou por anular a presença do negro africano na sua história.

Como resultado do estudo realizado, o presente texto traz a seguintes etapas: a) conceituação da cultura relacionada à história, como uma relação de poder que hora faz enxergar e hora torna invisível certos elementos culturais, b) contextualização histórica da chegada do negro e sua diversidade cultural; c) historiografia de uma colonização supostamente branca, que nega a existência do exercício da escravidão no Médio Vale do Itajaí e, portanto, tentar corroborar com uma história da cultura do branco; d) considerações finais.

A invisibilidade da cultura afro-brasileira

Abrir o debate sobre a invisibilidade da cultura afro-brasileira no Médio Vale do Itajaí pode aparentemente parecer um ato forçoso para justificar um discurso vitimista por parte dos praticantes dessa cultura, ou então, para estabelecer um discurso sobre o preconceito branco e eurocêntrico. Contudo, não se trata disso, mas sim, de compreender porque esse fenômeno, o da invisibilidade negra, se apresenta no Médio Vale do Itajaí, visto que a discussão sobre cultura pode nos ajudar a pensar sobre nossa própria realidade social/cultural. De fato, a perspectiva da cultura pode ser considerada

como uma maneira estratégica de pensar a respeito de nossa sociedade, conforme menciona Santos (1996). A invisibilidade da cultura afro-brasileira é, entre outros fatores, ocasionada pela presença de uma maioria branca nas regiões de colonização alemã no Sul do Brasil, sendo que a política imigratória de colonização trazia a ideia de branqueamento progressivo da população, planejado pelo governo imperial.

Perceber essa relação é importante e cumpre com a função de desmistificar a visão unilateral de uma sociedade pautada pelo viés de humanidade europeia (perspectiva eurocentrista). Entretanto, vale lembrar que esse tipo de olhar foi engendrado numa perspectiva científica e antropológica que atualmente é questionada, Já não se aceita a ideia de que existam sociedades que sejam superiores a outras. Pela perspectiva antropológica do evolucionismo cultural,

a diversidade de sociedades existentes no século XIX representaria estágios diferentes da evolução humana: sociedades indígenas da Amazônia poderiam ser classificadas no estágio da selvageria; reinos africanos, no estágio da barbárie. Quanto à Europa classificada no estágio da civilização, considerava-se que ela já teria passado por aqueles outros estágios. (SANTOS, 1996, p. 14)

Essa visão também era difundida no Brasil por Arthur de Gobineau (1988 *apud* READERS, 1988), um francês designado para realizar trabalhos diplomáticos na monarquia brasileira no século XIX. Conhecido como um homem das ciências e advindo da França, cultura muito estimada pelo imperador D. Pedro II, Conde de Gobineau reafirmou o legado cientificista/evolucionista do século XIX acerca da inferioridade de algumas raças. Em correspondência datada de 1874, em idioma Francês, denominada *L'emigration ao Brésil*, Gobineau apresentava uma visão fatalista da mistura de raças principalmente em relação ao contingente de imigrantes escravos negros. Para Gobineau (1998 *apud* READERS, 1988), ao Brasil seriam necessários mais de 200 anos para a detração do país devido a ausência de raças mais “nobres”, como a raça europeia, por exemplo. Ainda segundo Gobineau (1873 *apud* READERS, 1988, p. 241-242)

[...] em 200 anos, na verdade, veremos o fim da posteridade dos companheiro de Costa Cabral e dos imigrantes que o sucederam. [...] mas se em vez de se reproduzir entre si, a população brasileira estivesse em condições de subdividir ainda mais os elementos daninhos de sua atual constituição étnica, fortalecendo-se através de alianças de mais valor com as raças europeias, o movimento de destruição em sua fileiras se encerraria, dando lugar a uma ação contrária.

O posicionamento de Gobineau (1998 *apud* READERS, 1988), portanto, inferia sobre a ideia de que se o Império Brasileiro não adotasse uma postura política de interferência racial o país correria um grande risco de sofrer uma detração civilizacional, ou seja, de perder a índole branca, europeia, bem como a moral cristã. Desta, forma Gobineau (1998 *apud* READERS, 1988) propunha uma política de branqueamento progressivo para Brasil.

Entretanto, política de branqueamento progressivo do Brasil já estava em curso desde a década de 30 do século XIX, ganhando mais vigor a partir do ano de 1850 com a vinda de imigrantes italianos, alemães principalmente para a região sudeste (italianos) e para o Sul (italianos e alemães). Tão logo, não se tratava apenas de ocupar terras devolutas, e trazer braços trabalhadores para as plantações, mas sim, tratava-se de inserir mais do elemento europeu e branco nas terras brasileiras em consonância com a os discursos sociais, políticos, científicos e econômicos do século XIX.

A chegada dos negros ao Brasil

No ano de 1500, quando Pedro Alvarez Cabral aportou com sua esquadra nas terras brasileiras e depois de dias em sair de sua caravela, solicitou que seus conterrâneos celebrassem uma missa. Portanto, celebrando com pompa, informou que as terras localizadas ao Sul do Oceano Atlântico seriam possessões portuguesas. Apesar disso, inicialmente essas terras não despertaram grande interesse. A solenidade era necessária apenas para assegurar a posse das terras, enquanto o objetivo ainda era a busca por especiarias na Índia.

Somente trinta anos após a chegada de Pedro Alvares Cabral ao Brasil que império português decidiu dar um rumo mais efetivo, em termos de ocupação, para as terras das Índias Ocidentais (como foi chamada a América por anos). E por esses rumos passaram a escravidão.

Contudo, Portugal não inventou a escravidão negra, mas, utilizou-se do fato de poder comprar escravos em suas feitorias africanas, e a partir disso, obter grandes lucros. Com a queda no preço das especiarias os escravos passaram a ser comercializados nas feitorias africanas, em momento que pode ser associado ao crescimento produtivo no Brasil. As feitorias africanas eram locais fortificados, nos quais as caravelas aportavam para realizar o comércio de vários produtos,

principalmente as especiarias indianas. Do mesmo modo que as especiarias, o comércio de escravos acabou por cair no gosto do mercado português.

Os processo de escravidão em território africano foi o resultado das disputas de poder entre as aldeias ou federações de aldeias durante períodos de guerra. Assim

desde os tempos mais antigos alguns homens escravizaram outros homens, que não eram vistos como seus semelhantes, mas sim como inimigos ou inferiores. A maior fonte de escravos sempre foram as guerras, com os prisioneiros sendo postos a trabalhar ou sendo vendidos pelos vencedores. (SOUZA, 2008. p.47.)

Mas, esse não foi o único motivo para a escravização de pessoas em território africano. Como um grande continente no qual a diversidade das tribos evidente, dependendo da região os motivos para disputa de poder e escravização poderiam ser variáveis de acordo com os códigos culturais de cada grupo. Assim, motivos como adultério, dívida, alcoolismo, rapto de crianças, crimes considerados hediondos, entre outros fatores, poderiam ocasionar uma condenação criminal cuja pena era a escravidão.

Nas sociedades africanas a escravidão tornou-se ainda mais atraente com o interesse dos europeus pelos negros. A escravidão estava mais presente nas capitais dos reinos, nas cidades-estados e nos grandes centros de comércio, onde havia maior circulação de riquezas, maiores possibilidades de acumulação de bens, e diferenças mais marcadas entre grupos sociais. (SOUZA, 2008). Além disso, o aumento pela procura de escravos acirrou ainda mais as disputas internas dentro do continente africano, sendo que cada vez mais as tribos mais fortes passaram a atacar grupos menores com o objetivo de aumentar seus lucros.

Dentro desse contexto de experiência escrava africana, o contato com os portugueses possibilitou que esses últimos tivessem uma primazia no comércio de escravos na rota do Atlântico. A influencia portuguesa foi tamanha que os africanos que comercializavam escravos aprendiam a língua portuguesa para facilitar a comercialização dos humanos escravizados.

Os escravos traficados para o Brasil “vinham comerciados principalmente no golfo de Benin, com destaque para o porto de Ajudá. Mas era de Angola que vinha a maioria.” (SOUZA, 2008, p. 61). Foi na região de Angola que os portugueses conseguiram importantes contatos comerciais com o reis locais, visto que em outros locais as negociações eram muito lentas que envolviam muita ritualística. Para fechar um bom negócio, era preciso pagar taxas de atracação dos navios. Seguidamente era

preciso oferecer uma grande quantidade de presentes aos chefes locais que eram representantes dos reis que ficavam no interior do continente. Assim sendo,

a cada dia pequenas quantidades de escravos eram trocadas por tonéis de bebidas destiladas, tecidos, da Índia e da Inglaterra, contas de vidros venezianas, utensílios de metal, armas, pólvora, cavalos, barras de ferros, conchas trazidas de ilhas do Índico, que cumpriam a função de moeda em sociedades da África. (SOUZA, 2008, p. 59) .

Todo esse moroso processo de negociação fazia com que um navio ficasse por quase seis meses parado na costa africana até voltar ao porto de origem, ou ao destino de comércio dos escravos como o caso do Brasil.

Apesar de a grande maioria escrava ser originária do mesmo porto, a diversidade cultural era muito grande. Esses negros eram provenientes de diversas regiões do continente, portanto, pertencentes à diferentes tribos/grupos com diferentes hábitos étnicos e culturais. Os grupos de africanos escravizados e trazidos para o Brasil eram, portanto, compostos por grande variedade de povos, que falavam línguas diferentes, organizavam de maneira diversas suas sociedades, e tinham religiões diversificadas, exerciam atividades econômicas outras e possuíam diferentes habilidades. (SOUZA, 2008)

É possível, portanto, perceber que a medida que os escravos iam chegando ao território brasileiro ia ocorrendo uma ressignificação cultural que mais tarde formou aquilo que chamamos de cultura Afro-brasileira. Portanto, a cultura Afro-brasileira é o resultado do caudilhismo, ou seja, da mescla de vários costumes e hábitos sociais dos diferentes grupos identitários (povos) africanos, com a os hábitos luso-brasileiros. Destaca-se que em território brasileiro não apenas os negros, mas também os portugueses (lusos) e posteriormente os muitos imigrantes (de etnias diversas) também ressignificaram sua cultura, adaptando-a a vida no Brasil.

O sul do Brasil e a política imigratória

Até o século XIX o Sul do Brasil estava esparsamente habitado. Os estados de Paraná, Santa Catarina e Rio grande do Sul eram habitados somente nas regiões litorâneas seguindo a lógica colonialista portuguesa que tardou muito a adentrar nas terras alocadas no seu interior.

Mas o imperador D. Pedro II havia estabelecidos planos que tinham por objetivo a ocupação dessas áreas afim de, evitar ocupações dos países de origem hispânica e vizinhos do Brasil. O principal plano era a entrada de imigrantes europeus atendendo aos planos maiores do estado brasileiro que tinha intenções no branqueamento do país aliado a mão de obra assalariada para conter lentamente a escravidão e ao mesmo tempo ocupar terras devolutas.

Já estavam em curso várias medidas para conter a escravidão em território brasileiro empreendidas pelo imperador D. Pedro II através de leis abolicionistas. Em 1850, foi promulgada a Lei Eusébio de Queiroz proibiu a entrada de embarcações negreiras no país. Em sentido prático, essa lei proibia o tráfico negreiro para os portos brasileiros, logo, essa medida acabou sendo vista como a primeira lei abolicionista oficializada em território brasileiro. Com o passar do tempo, a diminuição da oferta de escravos acabou forçando vários senhores de engenho a buscarem o uso da mão de obra assalariada de trabalhadores imigrantes. Esta lei não diminuiu drasticamente o tráfico de escravos para o Brasil, mas possibilitou que se incrementasse a vinda de imigrantes brancos e assalariados para o Brasil.

Outra lei que ampliou a perspectiva abolicionista durante o período Imperial brasileiro foi a lei do Ventre Livre (BRASIL, 1871). De acordo com essa lei todos os filhos de escravos que nascessem após o ano de publicação da referida lei seriam considerados libertos. A partir daquele momento, integrantes das classes médias urbanas passaram a se organizar em favor do fim definitivo da escravidão.

Para solucionar a problemática do fim da escravidão (ainda que distante, na prática) de se efetivar, D. Pedro II lançou a “Lei de Terras” cujo objetivo era incentivar a vinda de imigrantes, por intermédio da compra de terras. Por essa lei, o imperador determinou parâmetros e normas sobre a posse, manutenção, uso e comercialização de terras no período do Segundo Reinado. O principal objetivo era estabelecer a compra como única forma de obtenção de terras que até então eram públicas. Desta forma, inviabilizou os sistemas de posse ou doação para transformar uma terra em propriedade privada. (FAUSTO, 2001) É nesse contexto que surge a Colônia Blumenau e a ocupação das terras do Médio Vale do Itajaí, dando origem aos elementos culturais que hoje compõe os municípios do Médio Vale do Itajaí.

“Na Colônia Blumenau era vetada a escravidão, que por força da Lei nº 514, de 24 de outubro de 1848, do Governo Imperial, que proibia a utilização de mão-de-obra em terras devolutas, concedidas para fim de colonização” (FERREIRA, KOEPEL,

2008.p. 76). Portanto, o governo imperial criou mecanismos legais que viessem a punir os colonos que desejassem tornar-se proprietário de escravos.

Entretanto tal fato não impediu que a escravidão se fizesse presente também no Médio Vale do Itajaí no contexto da imigração europeia. Assim Dr. Blumenau, juntamente com seu sócio Fernando Hackardt adquiriram, de acordo com Salomon e Voigt (2000), cinco escravos em sociedade para iniciar os primeiros trabalhos na Colônia e evitar os altos gastos com trabalhadores que cobravam pelas suas horas de trabalho.

Esse fato é bastante revelador e inusitado na historiografia local que sempre negou a presença de escravos em nossa região. Somente as pesquisas mais recentes tem abordado essa temática. Associado a esse dado existe ainda a negação da presença negra no processo de evolução do Médio Vale do Itajaí que através de sua historiografia não apenas negou a presença de escravos na Colônia Blumenau como também privilegiou um discurso branco de colonização.

A negação da escravidão e a invisibilidade da cultura afro-brasileira

Ainda que se possa traduzir a questão da escravidão como um caso isolado, ela sempre foi sumariamente excluída da escrita da história regional não por ingenuidade, mas sim, para esconder um episódio que supostamente criaria uma mácula na memória local. “Portanto, em seu cotidiano frente à sua empresa colonial, o uso da escravidão era uma alternativa racionalmente aceita, porém, frente aos debates em torno das políticas de imigração, a mesma escravidão tornava-se uma instituição a ser combatida” (SALOMON, VOIGT, 2000, p. 44). Portanto, a escravidão se estabeleceu em todo país, sendo “[...] grande o número de pequenos escravistas, donos de um, dois, três escravos, trabalhadores na pequena lavoura” (REIS, 2000.p. 244), realidade também foi encontrada no Médio Vale do Itajaí.

Essa discussão, entretanto, parece ter ficado sumariamente esquecida nos livros de história de Santa Catarina durante todas as décadas de 1980 e 1990, sempre exaltando apenas a laboriosidade da imigração alemã e italiana. Foi somente na virada do século, ou seja, a partir do ano 2000 que essa temática saiu das páginas amareladas dos documentos e foi transcrita para os livros de história.

Portanto, um dos fatores que trouxeram a invisibilidade da cultura afro-brasileira foi a negação da presença negra nos municípios do Médio Vale do Itajaí. Assim as

produções historiográficas “oficiais” sempre valorizaram solenemente a presença europeia como único elemento de progresso para o Médio Vale do Itajaí. Dessa forma, é possível conjecturar que a escrita da história favoreceu uma consciência coletiva branca e européia, dissociada do contexto histórico brasileiro negro e escravista. (DIAS; SANCHEZ; TEIXEIRA, 1987).

Como a historiografia compõe um elemento importante na celebração de práticas culturais, o posicionamento de boa parte da história oficial do Médio Vale do Itajaí ocultou as práticas e a presença negra, mesmo que já houvessem negros instalados nesse território antes da Colônia Blumenau existir formalmente, conforme afirma Teixeira (1987). Essa é uma possível resposta para explicar o motivos das comemorações em relação à Consciência Negra serem pouco percebidas/valorizadas na região do Médio Vale do Itajaí. Teixeira (1987, p. 289) ainda afirma que

[...] negros já habitavam terras que pertenciam a colônia. [...] mas durou apenas o período em que o empreendimento era particular [...] Após o período inicial de distanciamento entre os alemães da colônia Blumenau e os escravos africanos, ou seus descendentes, houve, conforme diversos registros, casos de famílias que se mudaram para outras localidades, levando consigo seus escravos.

Além da baixa presença (confirmada) da escravidão no Médio Vale do Itajaí, ocorreu um fluxo de famílias com escravos fazendo com que a presença dos africanos ficasse ainda mais reduzida e cada vez menos perceptível.

Portanto, a produção historiográfica do Médio Vale do Itajaí fomentou um olhar histórico dissociado da historiografia brasileira, e assim produziu-se uma memória coletiva que excluiu a maior parte do elemento afrodescendente do Médio Vale do Itajaí. A memória coletiva, os monumentos e os calendários festivos (feriados) se restringiram para um olhar à cultura do branco e europeu. E diante desse fato a temática da cultura afro-brasileira ficou relegada à segundo, quando não terceiro plano nas salas de aula, em que o imaginário fez crer que a escravidão foi uma instituição distante da realidade social dos indivíduos do Médio Vale do Itajaí.

Frente a essa “invisibilidade” histórica surge a Lei 10.639/03 que propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e da cultura afro-brasileira e africana. Tão logo, os educadores devem ressaltar em sala de aula a cultura afro-brasileira como constituinte e formadora da sociedade brasileira, história essa em que os negros são tidos como sujeitos históricos. Portanto, ainda que pouco presente no Médio Vale do

Itajaí, essa história deve ser amplamente trabalhada nas salas de aula reforçando essa presença mesmo que ínfima.

A necessidade de se ampliar esse debate fica ainda evidente entre a população de origem africana que tem “se constituído em minoria em seu duplo sentido, tanto numericamente como de poder.” (TEIXEIRA, 2007.p. 294). Segundo Teixeira (2007) a presença de negros na cidade Blumenau, núcleo da colonização de todo o Médio Vale do Itajaí ao longo da história é pequena. O percentual de negros não tem ultrapassado 1%, fato que acaba por reforçar o fenômeno chamado de “marketing de invisibilidade”. Ou seja, reforça um ideal de vida enquadrado na perspectiva europeia e germânica, gerando uma invisibilidade propositada sobre grupos (negros ou não) que não se enquadram nesse perfil.

Assim o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, após a aprovação da Lei 10.639/03, permite um olhar mais atento para a presença negra em todo o território nacional, bem como possibilita a ressignificação do negro como sujeito histórico no Médio Vale do Itajaí, mesmo que sua presença tenha sido menos evidente que em outras regiões do país.

Considerações finais

O presente estudo buscou tentar diagnosticar os motivos pelos quais a cultura afro-brasileira encontra-se restrita, na região, principalmente às salas de aula. Em muitos casos a própria data de 20 de novembro que comemora o dia da consciência negra passa despercebida até mesmo na escola, bem como na sociedade como um todo, ou seja, entre a maioria dos moradores dos municípios do Médio Vale do Itajaí.

O respeito à cultura afro-brasileira foi determinado pela legislação vigente através da lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003 que altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e que a partir de então passa a obrigar o ensino da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Entretanto, de maneira geral, a legislação ainda não conseguiu de fato estabelecer uma conexão com o tema propriamente dito, considerando que a escravidão era uma instituição poderosa na formação social, econômica e cultural do Brasil.

Um dos elementos que corrobora essa invisibilidade da cultura afro-brasileira é a percepção da prática cultural como uma relação de poder. Portanto, a invisibilidade da cultura afro-brasileira é também ocasionada por uma presença de maioria branca nas

regiões de colonização alemã e italiana no Sul do Brasil. Tal fato é reflexo de uma política imigratória que corroborava com a ideia de branqueamento progressivo da população, política esta que foi planejada e implementada pelo governo imperial durante o século XIX.

Essa relação de poder também era justificada no século XIX pelo discurso antropológico e científico que entendia a diversidade de sociedades existentes no século XIX pelos diferentes estágios da evolução humana: sociedades indígenas da Amazônia poderiam ser classificadas no estágio da selvageria; reinos africanos, no estágio da barbárie.

Apesar de existirem esforços por parte do imperador D. Pedro II em acabar com a escravidão no Brasil, ela não seguia um ideal propriamente humanitário, logo contrariamente, associada a abolição da escravatura estava associada a ideia da supressão dos elementos negro da sociedade brasileira através do caudilhamento de raças, ou pelo, branqueamento progressivo da população, entre outros fatores de ordem política. Para acelerar esse processo durante o Segundo Reinado sancionam-se diversas leis e que incentivavam políticas mais sistematizadas para a vinda de imigrantes brancos de origem européia ao Brasil. Essa “raça” era considerada como sendo qualificada do que a negra para o trabalho assalariado no Brasil.

Nesse contexto de ampliação das políticas imigratórias, surgiu a então Colônia Blumenau, que na época integrava vários municípios que foram no decorrer dos anos se emancipando, e que formam a região que atualmente é conhecida como Médio Vale do Itajaí. Embora a informação seja ainda contraditória, o estudo aponta para a utilização, pelo fundador da Colônia, Dr. Hermann Blumenau, da mesma estratégia exploratória utilizada em outras localidades do país: a utilização de escravos, pelo menos na fase inicial de implantação da Colônia. Esse episódio, entretanto, foi sumariamente ignorado por anos na historiografia regional, e ainda hoje é objeto de discussão. A negação da presença negra na região do Médio Vale do Itajaí serviu, nesse contexto, para ocultar a presença de uma cultura negra e africana nas terras da Colônia Blumenau.

Essa negação velada parece contribuir muito fortemente para a atual situação de negação da cultura afro-brasileira entre as populações locais que entendem seu processo de formação histórica dissociado da história geral brasileira. Esse último fenômeno pode ser percebido nos trabalhos historiográficos recentes que não negam a presença da escravidão no Médio Vale do Itajaí.

Referências

BRASIL. Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011. Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Brasília, DF, 10 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/L12519.htm. Acesso em: 15 ago. 2016.

_____. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF, 09 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 15 ago. 2016.

_____. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annul de escravos. Rio de Janeiro, 28 set. 1871. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm. Acesso em: 12 jul. 2016.

DIAS, José Roberto; SANCHES, Denise Paraná; TEIXEIRA, Vera Iten. **Santa Catarina: imigrantes e indústria**. São Paulo: Editora Rios, 1987.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FERREIRA, Cristina; FROTSCHER, Meri. (orgs). **Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes**. Blumenau: Nova Letra, 2000.

FERREIRA, Cristina; KOEPSEL, Daniel . **Representações da cidade: discussões sobre a história de Timbó**. Blumenau; Timbó : Edifurb / Fundação Cultural de Timbó, 2008.

READERS, George. **O inimigo cordial do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

REIS, Joao J. Nos achamos em campo a tratar de liberdade: a resistência negra no Brasil. In: MOTA, Carlos G. (org) **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000) Formação: história**. São Paulo: Ed. Senac, 2000.

SALOMON, Marlon J; VOIGT, Andre F. Colonização Alemã e escravidão no Vale do Itajaí. In FRUDESCHER, I.; FERREIRA, Cristina. **Visões e perspectiva historiográficas recentes**. Blumenau, SC: Nova Letra, 2000.

SANTOS, José Luiz. **O que é cultura**. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SANTOS, Regina Meirelles. **A cultura brasileira**. Disponível em <http://www.reginameirelles.mus.br/Palestras/Palestra%20ESG%20-%20A%20Cultura%20Brasileira.pdf>. Acesso em 20 set. 2016.

SOUZA, Marina de M. e. **África e Brasil Africano**. São Paulo: Ática, 2008.

TEIXEIRA, Vera Iten. Cenários de territorialidade e identificação negra em Blumenau (1993/4). **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, v. 48, n. 11/12, p. 287-298, nov./dez. 2007.

Enviado em: Dezembro de 2016.

Aceito em: Maio de 2017.

Como referenciar este artigo:

MÜLLER JR, Geraldo; PROBST, Melissa. Invisibilidade da cultura afro-brasileira: um olhar para o Médio Vale do Itajaí - SC. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 4, n. 8, p. 160-174, mai/ago, 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA>>. e-ISSN: 2359-2087.